



Eixo: Movimentos sociais e Serviço Social.

Sub-eixo: Movimentos sociais e lutas de classes - contexto nacional e internacional.

SOBRE AS ORIGENS DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA (TDM)

CÉSAR ALBENES DE MENDONÇA CRUZ¹

Resumo: Este texto apresenta as linhas gerais das três correntes que tentam explicar a relação desenvolvimento/subdesenvolvimento do Brasil e da América Latina entre os anos de 1960 e 1970 do século XX. Apresentaremos as posições sobre o “nacional-desenvolvimentismo” da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), a “etapa democrático-burguesa” dos Partidos Comunistas e a dialética desenvolvimento/subdesenvolvimento da Teoria Marxista da Dependência. Evidenciamos ainda a importância da TDM e as críticas que esta formula sobre aquelas.

Palavras-Chave: Desenvolvimento/Subdesenvolvimento; CEPAL; Partidos Comunistas; Teoria Marxista da Dependência.

Abstract: This text presents the general lines of the three currents that try to explain the relation development / underdevelopment of Brazil and Latin America between the years of 1960 and 1970 of the twentieth century. We will present the positions on the "national-developmentalism" of ECLAC (Economic Commission for Latin America and the Caribbean), the "bourgeois-democratic stage" of the Communist Parties and the dialectic development / underdevelopment of Marxist Theory of Dependence. We also highlight the importance of TDM and its criticisms of them.

Keywords: Development / Underdevelopment; ECLAC; Communist Parties; Marxist Theory of Dependency

I - INTRODUÇÃO

Conhecer a Teoria Marxista da Dependência é fundamental para entender o subdesenvolvimento estrutural da América Latina. Por outro lado, nos permite compreender os erros da esquerda latino-americana, que por não estudar o pensamento crítico que foi desenvolvido neste continente, acaba

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: <cesar.cruz@emescam.br>.

reproduzindo questões superadas no passado. Nesse sentido vamos neste texto apresentar as características principais das três correntes de pensamento que se debruçaram para explicar o desenvolvimento dos países centrais e o subdesenvolvimento dos países periféricos da América Latina, a corrente que defende o nacional-desenvolvimentismo da CEPAL, a visão do “etapismo” dos Partidos Comunistas e a posição da Teoria Marxista da Dependência que critica as duas anteriores, e apresenta uma análise sui generis sobre a situação do continente. Na conclusão mostramos como a posição da CEPAL e dos Partidos Comunistas se combinaram, e como a análise da TDM se confirma e influencia os diversos movimentos da nova esquerda latino-americana.

II – DESENVOLVIMENTO: Como Surge a Teoria Marxista da Dependência?

A discussão sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento dos países da América Latina se desenvolveu nos anos de 1960 e 1970 do século XX, iniciada pelos técnicos da CEPAL/ONU (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) procurando as causas do subdesenvolvimento e suas consequências, e tentando apontar soluções para os graves problemas desse continente. Três posições se confrontam para tentar explicar e propor soluções para a relação desenvolvimento/subdesenvolvimento da América Latina a saber: 1) a posição da CEPAL; 2) a posição dos Partidos Comunistas alinhados à antiga União Soviética e 3) a posição da Teoria Marxista da Dependência.

1) A posição da CEPAL

A criação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), sob a chefia do argentino Raúl Prebisch, partia da concepção de economia mundial como totalidade “orgânica”, dividindo o mundo em dois blocos de países: centro e periferia. Diferentemente, do que afirmava a teoria do desenvolvimento estadunidense, para a CEPAL, subdesenvolvimento não é uma etapa anterior de um processo natural e linear, mas a contraparte do

desenvolvimento. A unidade de ambos e as relações entre eles conformam “o processo de desenvolvimento orgânico da economia mundial” (PREBISCH, 2000), deixando claro que o centro se apóia na periferia. Todavia, o paradigma que organiza o pensamento cepalino é seu ponto de unidade com as teorias do desenvolvimento: a percepção de que, depois de identificadas e corrigidas as causas do subdesenvolvimento, é possível desenvolver um capitalismo de tipo central. Esta contradição entre uma interpretação que admite ser o subdesenvolvimento resultado do desenvolvimento da economia mundial e coloca como proposta a possibilidade de dentro desta economia mundial todos os países serem desenvolvidos, acompanhará toda a história da Cepal. A ênfase colocada em cada um dos pólos desta contradição na interpretação cepalina será expressão da intensidade da luta de classes em cada período, mas a contradição se manterá até os dias atuais e se radica na análise do mecanismo concreto identificado como causador do subdesenvolvimento. Este mecanismo é uma evidência empírica: a deterioração dos termos de troca. Prebisch apresenta que a relação entre os preços de exportação da periferia para o centro e de importação das mercadorias produzidas pelos países centrais tende historicamente a cair e identifica como causa fundamental deste processo a difusão desigual do progresso tecnológico entre os países. O raciocínio, em sua essência, é simples: em uma economia primário-exportadora o desenvolvimento do setor industrial é obstaculizado pela transferência de renda da periferia para o centro através da deterioração dos termos de troca no comércio mundial. O não desenvolvimento da indústria leva a um acúmulo de mão de obra no setor primário que ao mesmo tempo freia o aumento de produtividade e rebaixa os salários deste setor. A redução salarial no setor primário, além de concorrer também para frear sua produtividade, é responsável pela limitação do mercado interno que, por sua vez, não estimula a expansão de indústrias de consumo, contribuindo assim para a manutenção da primazia do setor primário. Somando-se esta análise ao paradigma de desenvolvimento capitalista autônomo, é normal que a industrialização se apresente como panacéia dos problemas econômicos e sociais da periferia e

por isso ela é central para a ideologia desenvolvimentista (BIELSCHOWSKY, 2000, p.250). Através dela, unicamente, promover-se-ia a distribuição da força de trabalho entre os setores produtivos, a elevação dos salários, a expansão do mercado e o progresso técnico contrariando, assim, as transferências de renda no mercado internacional. Por um longo período, até o início dos anos 60, o debate econômico centrou-se na problemática do desenvolvimento das forças produtivas, deixando-se em plano secundário as questões mais diretamente sociais, como distribuição da renda e da propriedade. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 264) Assim, embora a Cepal não compartilhe da visão etapista das teorias desenvolvimentistas estadunidenses - onde o subdesenvolvimento aparece como etapa anterior do desenvolvimento - mantém a utopia desenvolvimentista de que é possível construir na periferia um capitalismo autônomo como o dos países centrais. Portanto, a finalidade de ambas é comum. O pragmatismo dos intelectuais da CEPAL salvava-os de qualquer concepção idealista sobre a ciência e a consciência. Sabiam muito bem que somente a análise é incapaz, por si só, de modificar concretamente o mundo real. É preciso que ela se torne consciência de uma classe social que a coloque em prática, que lute por ela. Furtado nos dá um testemunho valioso de a qual classe social estava colocando seus serviços intelectuais:

Foi nos anos 30 que se começou a questionar o modelo de economia “essencialmente agrícola” defendido pela classe dominante brasileira. Fui um dos primeiros a denunciar o agrarismo como causa de nosso atraso. (...) Não que o país fosse totalmente destituído de indústrias. O que não havia era sistema industrial capaz de autogerar o seu dinamismo. O ritmo da atividade econômica era comandado do exterior, portanto, pelas atividades primárias. O problema não se limitava a depender da importação de tecnologia e de equipamentos para crescer, e sim dispor de uma classe dirigente capaz de formular um projeto de transformação do país. Foi quando me convenci de que a classe industrial nascente podia assumir esse papel histórico que me pus a trabalhar para forjar os instrumentos de que ela necessitava para desempenhá-lo. (FURTADO, 2007, p.17).

A caracterização de MARINI nos esclarece sobre o “desenvolvimentismo” da CEPAL:

O desenvolvimentismo foi a ideologia da burguesia industrial latino-americana, especialmente daquela que, respondendo a um maior grau de industrialização e compartilhado já o poder do Estado com a

burguesia agrário-exportadora, trata de ampliar seu espaço a expensas desta, recorrendo para isso à aliança com o proletariado 4 industrial e a classe média assalariada. Ao mesmo tempo em que acena para estes com a ampliação da oferta de emprego e maiores salários, o desenvolvimentismo, mediante a crítica do esquema tradicional de divisão internacional do trabalho, exige dos grandes centros capitalistas o estabelecimento de um novo tipo de relações e, rechaçando o modelo primário-exportador, abre fogo contra a velha classe dominante. Evita, porém, no contexto da luta inter-burguesa, colocar como premissa do modelo industrial a reforma agrária, tanto mais que a política da burguesia industrial não passava pela aliança com o campesinato. (MARINI, 1992, p. 79).

Desta maneira, a burguesia industrial estava amparada ideologicamente para enfrentar a resistência da burguesia agro-exportadora, mas não estará sozinha neste enfrentamento, pois os Partidos Comunistas serão seus aliados.

2) A posição dos Partidos Comunistas

A esquerda latino-americana se encontrava desarmada teoricamente para enfrentar a conjuntura que se apresentava. O avanço do processo soviético juntamente com o forte controle ideológico da III Internacional contribuiu para coibir a difusão e o aprofundamento do marxismo crítico latinoamericano surgido na década de 1920, de tal maneira, que os PCs latino-americanos apenas importavam a análise generalista da III Internacional sobre o mundo colonial. Esta análise caracterizava a sociedade brasileira como submetida a um duplo constrangimento: pelo imperialismo no plano externo e internamente pelos traços feudais da nossa agricultura. Estes dois traços, segundo os PCs, eram os principais obstáculos do desenvolvimento econômico e social do país. A estratégia anti-feudal e anti-imperialista para construção de um capitalismo democrático e nacional é seu núcleo político. Obviamente, a principal classe responsável por essa tarefa histórica era a burguesia industrial nacional. Tratando-se de mera reprodução sobre a realidade brasileira da análise e estratégia formuladas pela III Internacional, o PC estava órfão de quadros teóricos capazes inclusive aplicar sobre a realidade concreta latino-americana a sua própria concepção, tornando-os reféns das formulações cepalinas que como sintetiza Marini, convergiam:

“A ascensão da burguesia industrial no pós-guerra e principalmente, o brilho da sua expressão ideológica – o desenvolvimentismo – apanham os comunistas desarmados. O débil desenvolvimento do marxismo no período anterior – quando ficara confinado sobretudo à historiografia – leva, então a que a teoria geral adotada pelos comunistas seja a que propõe a burguesia industrial. E isto é compreensível: correspondendo ao período em que os PCs se batem pela criação de uma frente única entre a burguesia e o proletariado, a Cepal lhes oferece de bandeja uma burguesia nacional e uma teorização sobre os mecanismos de exploração capitalista internacional próxima à teoria do imperialismo. (MARINI, 1992, p.86).

Conformava-se então o bloco histórico que possibilitou à ideologia desenvolvimentista se tornar dominante durante a década de 1950 e permitiu à burguesia industrial exercer seu comando sobre o país. Este bloco era integrado pelo capital estrangeiro, pela burguesia agro-exportadora, burguesia industrial e por parte do proletariado sob influência dos PCs a reboque das classes dominantes. Este movimento adquire expressão acabada na política econômica do governo de brasileiro de Juscelino Kubitschek. Todavia, a concretização da ideologia desenvolvimentista irá desvelando os seus próprios limites. Promove uma profunda transformação da estrutura produtiva brasileira e avança na industrialização guiada por um planejamento estatal (Plano de Metas) que coloca em primeiro plano a burguesia nacional e que orienta o capital estrangeiro. Nada disso, porém, solucionara os problemas estruturais da economia brasileira: a inflação crescente, a manutenção dos déficits no balanço de pagamentos e os baixos salários se mantêm ao lado do aprofundamento das desigualdades sociais na cidade e no campo. Assim, ao eclodir-se a crise de produção e realização dos anos 1960, a panacéia da industrialização se desnuda aos olhos de todas as classes sociais, obrigando a CEPAL a focalizar as reformas de base – no caso brasileiro - como processo necessário para o avanço do desenvolvimento (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 409, 410). O conteúdo social das reformas de base no Brasil e a massiva mobilização das classes populares em torno delas concomitantemente ao aprofundamento da crise econômica irão colocando cada vez mais a burguesia industrial ao lado das outras frações da classe dominante. A aliança com os trabalhadores não apenas havia se esgotado, pois não se refletia em aumento dos níveis de acumulação, como havia se tornado perigosa: a radicalização e

massificação da participação popular nas decisões políticas sempre assustaram as burguesias de todo o mundo, ainda que o conteúdo político de tal participação não seja anti-capitalista. Assim, nada tendo a perder, a burguesia industrial brasileira demonstra a sua verdadeira função histórica frustrando as ilusões cepalinas e comunistas de que seria capaz de implantar um capitalismo nacional, democrático e autônomo. A esquerda brasileira, surpresa e despreparada para tamanha “traição”, nada pode fazer senão assistir a instalação de uma ditadura militar na maior e mais “desenvolvida” economia latino-americana sem a necessidade de um único tiro. O golpe militar de 1 de abril de 1964 é, portanto, o resultado histórico-concreto do desenvolvimento capitalista no Brasil dirigido pela ideologia desenvolvimentista e pela estratégia democrático-burguês dos comunistas. O reformismo se revela, então, como ante-sala da contrarrevolução, justamente por abalar as bases da dominação capitalista dependente sem efetivamente destruí-las.

3) A posição dos Partidos Comunistas

Na década de 1950 começa surgir uma nova esquerda, crítica e questionadora das linhas impostas pela III Internacional, e reproduzidas pelos PC's latino-americanos. Como sempre a realidade concreta se antecipa às ideias e a Revolução Cubana se apresenta como um raio no céu azul do pensamento oficialista. A revolução cubana afronta as principais teses do projeto democrático-burguês: o caráter capitalista da etapa latino-americana e o papel revolucionário da burguesia nacional neste processo. A historiografia dominante apresenta a “nova esquerda” surgida nesta época em toda América Latina de maneira extremamente simplista: seriam tentativas forçadas de transplantar a Revolução Cubana para toda a América Latina. Ademais do longo debate latino-americano sobre a tática da Revolução Cubana, sua principal contribuição é de caráter estratégico, pois demonstrou que à realidade subdesenvolvida e dependente corresponde uma revolução socialista e não reformas burguesas. O sucesso da revolução cubana aumenta seu impacto sobre esquerda latino-americana, porém, este processo já se evidenciava desde a década de 1950 com os processos da Guatemala, Bolívia e Brasil.

Jacob Arbenz, Paz Estenssoro e Getúlio Vargas, já haviam avançado até os limites do reformismo esbarrando justamente nos limites imperialistas. Todo este processo, portanto, já vinha evidenciando e condicionando uma crítica de esquerda à estratégia democrático-burguesa. A revolução cubana é a principal influência da nova esquerda e da TMD por apresentar claramente o processo a que estava submetida toda a América Latina, isto é, a relação imperialista. Como afirmam Marini e Bamberger:

“A gestação da esquerda revolucionária brasileira e latino-americana - particularmente na Argentina, no Peru, na Venezuela e na Nicarágua - não é, como se pretende, efeito da Revolução cubana, mas parte do mesmo processo que deu origem a ela - independentemente de que passe a sofrer forte influência sua, nos anos 60. (MARINI, 1992, p. 63).

Dentro da esfera teórica, houve a influência do pensamento nacionalista radical que orbitava principalmente em torno do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), e entre estes, assume grande dimensão a figura de Alberto Guerreiro Ramos, grande responsável pela inauguração da sociologia crítica brasileira e do combate ao dogmatismo da III Internacional. Outra forte influência exerceram Paul Baran e Sweezy que desde o centro capitalista (EUA) começaram a combater as teses da “teoria do desenvolvimento” consolidada com a chegada ao Brasil de André Gunder Frank e seu encontro na Universidade de Brasília com Marini, Bamberger e Theotonio. É fundamental afastar a hipótese de que a TMD tenha sido formada como alternativa acadêmica do pensamento desenvolvimentista. Em primeiro lugar porque a descoberta cepalina da deterioração dos termos de troca foi fundamental para a evolução de sua crítica, o surgimento da teoria do intercâmbio desigual e sua apropriação pelos autores latino-americanos. E, principalmente, porque a Cepal só se transformou em alvo das críticas na medida em que foi apropriada como base teórica da estratégia democrático-burguesa dos partidos comunistas. E aqui aparece o principal elemento originário da TMD: a práxis política. Surge no Brasil em 1959 a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM/Polop) reunindo diversas frações da esquerda. Mesclavam-se aí

influências leninistas, trotskistas, luxemburguistas, trabalhistas, nacionalistas radicais, enfim uma miríade de concepções aparentemente irreconciliáveis. Além de Marini, Bambirra e Theotonio, participaram desta organização Eric Sachs, Moniz Bandeira, Michel Lowy, Emir e Eder Sader, Paul Singer, entre outros. A unidade se dava em 3 elementos básicos: o caráter capitalista da formação econômica brasileira, a estratégia revolucionária e socialista e a organização independente da classe trabalhadora. Dentro de um processo continental, a Polop é influenciada e mantém relações com o Movimento Izquierda Revolucionaria – práxis, argentino, de Silvio Frondizi, que participou do primeiro congresso da POLOP realizado em 1961 e manterá relações com a nova esquerda, principalmente venezuelana e chilena. É neste terreno, da práxis política, onde se encontra a principal força criadora da TMD, entendendo a práxis política como ação coletiva e consciente em uma realidade com o objetivo de transformá-la. Essa maneira de se colocar no mundo exige a formulação de uma interpretação social radical, ou seja, que encontre as raízes da formação social que se busca transformar, pois só assim seria possível superá-la. É assim que a práxis política se apresenta como principal elemento impulsionador da intelectualidade criadora da TMD. Será no debate interno e nas elaborações da Polop que mais se avançará na investigação da realidade latino-americana. A tarefa de influenciar o movimento operário através da formulação de políticas concretas dentro de uma estratégia revolucionária socialista em contraposição ao reformismo será a principal mola propulsora da TMD. De tal forma, que após o impacto do golpe militar no Brasil, será no forte movimento de massas chileno que esta corrente encontrará um segundo momento de grande evolução. Ruy Mauro Marini, após passar pelo México, desembarcará no Chile onde encontrará Vânia Bambirra, Theotonio dos Santos, Gunder Frank, Orlando Caputo, Roberto Pizarro, Marta Harnecker, Tomás Vasconi, além de vários outros intelectuais latino-americanos de grande estatura. Articulados pelo Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO) da Universidade do Chile trabalharam coletivamente nos estudos da dependência em suas várias dimensões. No entanto, ademais dessa fundamental

interlocução é novamente a práxis política a principal impulsionadora da TMD. Os principais formuladores estavam todos vinculados ao governo de Unidade Popular (UP) ou ao Movimento de Izquierda Revolucionária (MIR). Marini, integrou este último ativamente e seu livro *El reformismo y la contrarrevolución: estudios sobre Chile de 1976* é uma referência obrigatória na teoria marxista da dependência juntamente com *Dialética da Dependência* de 1973.

A história da América Latina no século XXI evidencia a força das teses e da obra de Marini. Entre os principais aspectos que a reforçam podemos indicar:

(a) O abandono da burguesia latino-americana de qualquer pretensão industrialista e soberana em favor da financeirização e do modelo exportador centrado na reprimarização, nas *maquilas*, em nichos de mercado agroindustriais ou voltados para a geração de partes e componentes de menor intensidade tecnológica;

(b) A forte resistência às experiências nacionais-populares promovidas pela ascensão das esquerdas e as tentativas de desestabilizá-las, bem como as reformas sociais e políticas de inclusão social impulsionadas pelos governos de centro-esquerda na América do Sul;

(c) A restauração conservadora e neoliberal realizada através de golpes de Estado, como no Brasil, Paraguai e Honduras, ou por apertadas vitórias eleitorais, como na Argentina, cujo objetivo é destruir direitos sociais, restabelecer as elevadas taxas de superexploração, privatizar o patrimônio público, e aumentar a desigualdade e as taxas de pobreza

(d) O restabelecimento do subimperialismo como variável chave na política externa brasileira com a pretensão dos governos petistas de impulsionarem as cadeias produtivas industriais brasileiras, sem inseri-las de maneira efetiva em marcos institucionais de integração regional cooperativos que lhes planificassem; e

(e) A forte ampliação dos níveis de desigualdade e a elevação dos níveis de pobreza nos Estados Unidos, a partir da combinação entre financeirização e deslocalização produtiva para a China e o México, ou na União Europeia, a partir da introdução do euro e da combinação na Alemanha entre alta tecnologia e baixos salários, oriundos da absorção da força de trabalho do Leste, para destruir e reverter a lenta convergência do nível de renda que se realizava entre a Europa mediterrânea ou latina e o norte europeu.

4) Contribuições da Teoria Marxista da dependência

No plano teórico e analítico o enfoque marxista da dependência tem se desdobrado de forma criativa nas seguintes direções neste século:

(a) No caminho, destacado por Marini, de inversão dos fluxos colonial e eurocêntrico das ideias que passaram, nos anos 1970, com a Teoria da Dependência, a influenciar os Estados Unidos e a Europa Ocidental desde a América Latina. Trata-se então para prosseguir neste caminho de compreender a teoria marxista da dependência como uma primeira etapa da construção de uma teoria marxista do sistema mundo, que não apenas avança na ressignificação das teorias do imperialismo dos anos 1910-20, mas também dos enfoques mais recentes;

(b) Na análise dos padrões de reprodução do capital na América Latina, mostrando sua vinculação com a financeirização, o neoliberalismo, os ciclos econômicos e a revolução científico-técnica;

(c) No estudo do conceito de superexploração do trabalho, sua gênese e suas novas formas de concreção;

(d) Na investigação das novas expressões do subimperialismo na América Latina;

(e) Na análise dos novos padrões de reprodução ideológica da dependência em nossa região

(f) Na investigação da crise da democracia liberal, da natureza dos Estados de exceção latino-americanos e de sua proximidade com o fascismo;

(g) Na elaboração do desenho estratégico dos processos de emancipação de nossos povos da dependência, enfatizando sua geopolítica regional e mundial, sua base de classes, étnica, social, ambiental e seus eixos político-institucionais.

Apesar dos avanços nos últimos anos há muito o que se fazer. O desenvolvimento da teoria marxista da dependência segue encontrando resistência na esquerda centrista, que cada vez mais perde espaço diante da violenta restauração neoliberal, e na esquerda pós-moderna, que pretende priorizar as questões identitárias e ambientais, mas em detrimento das classes sociais, do Estado e da geopolítica mundial como instrumentos de análise, de poder e de transformação.

III – CONCLUSÃO

A Teoria Marxista da Dependência surge num momento de intensas lutas de classes no Brasil e na América Latina que vão desembocar nos golpes militares por todo o continente. Ela se defronta com o “Nacional-Desenvolvimentismo” da CEPAL e com a estratégia da “etapa democrático-burguesa” defendida pelos Partidos Comunistas, que em comum privilegiava a aliança com a “burguesia nacional”, grupo este que seria o portador da construção de um desenvolvimento capitalista autônomo capaz de enfrentar o imperialismo norte-americano. Neste sentido, ambos acreditavam que o subdesenvolvimento poderia ser corrigido e tornar as nações latino-americanas países desenvolvidos. A TDM vai nos mostrar que essa possibilidade não era mais possível, e os golpes militares mostrava isso, pois o imperialismo não toleraria nem mesmo governos nacionalistas que privilegiassem o nacional-desenvolvimentismo com seu rol de reformas. Em outras palavras, a luta por reformas chegou ao limite na América Latina, e a forma de se romper com o subdesenvolvimento estrutural do nosso continente, só pela via revolucionária.

REFERÊNCIAS

BAMBIRRA, Vânia. **Memorial**. [S.l.: s.n.], 1991.

_____. **Teoria da dependência**: uma anticrítica. México: Era, 1983.

BARAN, Paul A. **A economia política do desenvolvimento**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul Marlor. **Capitalismo monopolista**: ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimento. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CARDOSO, F. H.; SERRA, J. **As desventuras da dialética da dependência**. [S.l.: s.n.], 1978. Mimeografado.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina integração e dependência**. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

_____. **Dialética de la dependência**. México: Ediciones Era, 1973.

_____. **El reformismo y la contrarrevolución**: estudos sobre Chile. México: Ediciones Era, 1976.

_____. **Vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PRADO, Fernando Corrêa. **História de um não debate**: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. 2011. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo/6_congresso/2347_e0aa1637295d985eed289226d8221e55.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2017.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RAMOS, A. G. **A crise do poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

_____. **A redução sociológica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.